

-----A C T A-----

-----Acta da reunião ordinária de 30 de Janeiro de 2006-----

-----Aos trinta dias do mês de Janeiro de dois mil e seis nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Vítor Manuel Petulante Pedro e José Carlos Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foi deliberado justificar a falta do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que nesta reunião é substituído nos termos legais pelo Sr. Vítor Pedro.-----

-----ACTA - Foi submetida a apreciação a acta da reunião de dezasseis de Janeiro em curso, que foi aprovada com alterações, por maioria e cuja leitura o executivo deliberou dispensar por ter sido previamente distribuída por todos os autarcas.-----

-----Não votou o Sr. Vereador Vítor Pedro, por não ter participado na mesma reunião.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que solicitou parecer sobre os cuidados a ter na instalação de geradores de electricidade, já que, num caso concreto, os moradores próximos de uma casa que instalou um

gerador pretendem informação quanto às medidas de segurança exigidas para a instalação e a fiscalização do seu cumprimento.

-----Disse a mesma Vereadora que entregou nesta Câmara um requerimento solicitando informação relativa às análises de água, que ainda não foi satisfeito e quer ter acesso às análises.-----

-----O Sr. Presidente fez entrega a todos os autarcas do processo referente às análises de água para consumo humano.-----

-----Disse ainda a mesma autarca que é necessário colocar uma placa toponímica na Rua Mouzinho de Albuquerque, em Almeirim, na entrada pela Rua dos Aliados.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento em que a Caixa Geral de Depósitos, SA requer certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer a Maria João Gonçalves do Rosário da fracção autónoma correspondente ao segundo andar direito do bloco dois da Rua das Milheiras, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do PCP, que acompanha cópia do requerimento apresentado ao Governo pela deputada eleita pelo distrito, respeitante ao transporte ferroviário no Distrito de Santarém.-----

-----CONSUMO DE ÁGUA - Foi presente a carta de Basílio Horácio Lopes Reis, residente em Foros de Benfica, solicitando o perdão da dívida referente aos consumos de água dos meses de Julho e Setembro de dois mil e cinco, em virtude de se deverem a uma

rotura na canalização, confirmada pelos serviços e sobreviver de uma pensão de invalidez de montante reduzido.-----

-----A Câmara deliberou efectuar a cobrança dos meses em causa pelo consumo verificado em iguais meses do ano anterior.-----

-----PISCINAS MUNICIPAIS - Foi presente o ofício do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, solicitando que a aluna Liliana Caniço da Silva, portadora de paralisia cerebral, frequente gratuitamente as Piscinas Municipais, por dificuldades económicas do agregado familiar.-----

-----A Câmara deliberou autorizar.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Agrupamento Escolar de Fazendas de Almeirim, para cobertura da visita de estudo de seis alunos carenciados do nono ano a França, dois mil seiscentos e quarenta euros; Associação Portuguesa Amigos de Raoul Follereau, para a sua actividade de combate à lepra, cem euros; Casa do Ribatejo, para obras nas suas instalações, quinhentos euros; União Futebol Clube de Almeirim, para reparação das suas viaturas, quinhentos euros; e Associação Cultural e Recreativa de Marianos e Murta, oferta de um computador e respectivos periféricos.-----

-----Para a deliberação que segue, ausentou-se da sala a Sr^a Vereadora Joana Silvestre, por se considerar legalmente impedida:-----

-----Foi presente a carta do Orfeão de Almeirim, solicitando um subsídio para uma deslocação à Ilha da Madeira, em Abril próximo, para cuja actividade a Câmara deliberou atribuir o subsídio de mil e quinhentos euros.-----

-----Retomou o lugar a Sr^a Vereadora Joana Silvestre e, para a deliberação seguinte, saiu o Sr. Vereador Vítor Pedro, por se considerar legalmente impedido:-----

-----Foi presente a carta da Associação dos Bombeiros

Voluntários de Almeirim, que acompanha o mapa anual de presenças dos bombeiros da corporação. A Câmara deliberou conceder à referida Associação a transferência de dois mil seiscentos e dois euros, com destino ao pagamento das presenças do pessoal.--

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vereador Vítor Pedro.-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou as comunicações do Gabinete de Acção Social relativas a duas adolescentes, Alexandra Sofia de Almeida Soares e Ana Cristina Rodrigues de Almeida, que se encontram a frequentar o Programa de Educação Formação, na Escola de Marinhais, com vista à obtenção da escolaridade obrigatória, havendo que assegurar o transporte escolar, respectivamente de Fazendas de Almeirim e Almeirim, dadas as dificuldades económicas dos agregados familiares.-----

-----A Câmara deliberou custear os transportes escolares.-----

-----RESPONSABILIDADE CIVIL - Foi presente a carta de Luís Alfredo Nunes Patriarca solicitando o pagamento dos prejuízos originados na sua viatura, no montante de duzentos e cinquenta euros e trinta e dois cêntimos, por um buraco não assinalado no pavimento, na Rua de Angola, em Almeirim, no dia cinco de Julho do ano passado.-----

-----Confirmada a responsabilidade destes serviços, a Câmara deliberou indemnizar o reclamante.-----

-----REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DOS AUTOCARROS MUNICIPAIS - Foi presente a norma regulamentar em título, previamente distribuída a todos os autarcas e cujo texto foi objecto de debate.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse discordar da inclusão das empresas municipais no primeiro escalão de prioridades, previstas no ponto II, porque teoricamente estas terão fins lucrativos e os seus objectivos não serão os de interesse público imediato, para além de que esta norma contraria o número dois do ponto I. E solicitou parecer jurídico sobre se uma

empresa pública pode ser entendida como uma entidade sem fins lucrativos.-----

-----O Sr. Presidente acrescentou que o parecer deve esclarecer se uma empresa pública municipal deve obrigatoriamente ter carácter lucrativo. E acrescentou que a empresa municipal prossegue fins próprios da autarquia, pelo que não se pode confundir com uma entidade com fins lucrativos e a citada prioridade de utilização dos autocarros visa, em último caso, minorar prejuízos de que a Câmara será responsável.-----

-----Disse ainda a Sr^a Vereadora Manuela Cunha não compreender porque não são as associações de juventude e grupos de escuteiros incluídas no segundo escalão de prioridades, a par das escolas, associações de deficientes e jardins de infância.

-----O Sr. Presidente alvitrou a subida de um escalão de prioridades dos núcleos de alfabetização, previstos no quarto escalão.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro propôs a colocação das associações de deficientes no mesmo nível de prioridade das outras escolas do Concelho.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre esclareceu que este escalonamento se perfilha na experiência de gestão dos pedidos de autocarros e no caso da associação de deficientes nem se justifica, porque raramente utilizam este transporte.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro referiu, quanto ao prazo previsto no ponto III, número um, que os condicionalismos dos jogos impedem, por vezes, o seu cumprimento. Sob sua proposta foi introduzida uma alteração à redacção do número dois do ponto V e manifestou as suas dúvidas quanto à norma inserta no número cinco do ponto VI, pelo que foi clarificada.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente este normativo passou a designar-se Regulamento.-----

-----A Câmara deliberou aprovar este Regulamento e proceder à respectiva publicação para apreciação pública.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----LOTEAMENTOS URBANOS - Foi presente o Processo de loteamento número dois de dois mil e cinco, de Virgolino Lopes Carreira e Maria Lopes para execução de uma operação de loteamento com vista à criação de quatro lotes para construção de moradias unifamiliares isoladas na Rua Direita, em Foros de Benfica. A informação da DHU refere que, em caso de viabilização deve a Câmara pronunciar-se sobre a cedência ao domínio público de duzentos e cinquenta e dois metros quadrados, para equipamentos e zonas verdes ou, em alternativa o pagamento da compensação de cento e setenta e sete euros.-----

-----Em simultâneo foi apreciado o Processo de loteamento número cinco de dois mil e cinco, de Lucinda Maria Valério e outro, com destino a uma operação de loteamento para constituição de quatro lotes de moradias unifamiliares isoladas, também na Rua Direita, em Foros de Benfica. A informação da DHU refere que deve a Câmara pronunciar-se se aceita a compensação financeira alternativa à cedência de duzentos e cinquenta e dois metros quadrados destinados a zonas verdes e equipamentos de utilização colectiva. Os interessados respondem ainda às questões suscitadas pelo executivo municipal, designadamente que o terreno veio à sua posse por herança, a construção em ruínas vai ser restaurada, para venda e só procede ao loteamento de uma terça parte do terreno, destinando-se o restante a reserva para futura construção pelos seus familiares directos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, considerando que a Autarquia necessita de terrenos para o domínio público, não está contra a aceitação destas parcelas de pequenas dimensões e que o parecer do Arquitecto deveria trazer explicitamente as áreas destinadas a equipamentos e as áreas de espaços verdes. Como já aqui foi referido que o estacionamento é considerado equipamento e atendendo a que qualquer urbanização obriga necessariamente a mais espaços verdes e estacionamento público, faz sentido que se configure mais espaço público de uso colectivo. Os projectos

apresentados continuam a não formular a proposta no sentido de cedência de terrenos ao domínio público, mas sempre a favor do pagamento da compensação. Num dos casos, o terreno anexo destina-se a futura edificação, o que vem reforçar a necessidade de dispor de terrenos para utilização no âmbito do domínio público. E reafirmou a sua posição de que, quando os processos prevejam áreas de cedência a partir dos cem metros quadrados para equipamento e espaços verdes, é sempre a favor da cedência de terreno, excepto se no local a Autarquia já dispuser de grandes áreas destinadas a esse fim.-----

-----O Sr. Presidente disse que a sua posição é semelhante porque nestes dois loteamentos, das propostas dos particulares não resulta nenhuma vantagem em termos de criação de espaços para o domínio público, nomeadamente a substituição por terrenos à frente dos lotes, destinados a estacionamento público. Por outro lado, considera necessário, junto a novas construções, ir criando bolsas de terreno integrado no domínio público. Da apreciação destes projectos reforça a sua opinião quanto à necessidade de revisão dos valores das compensações, porque se estivessem ao nível do valor real do terreno, a Autarquia poderia, eventualmente, com esse recebimento, vir a adquirir parcelas de terreno em zonas mais apropriadas à implantação de equipamento de utilização pública. E acrescentou que deve ser pedida aos técnicos da Autarquia para procederem à proposta de revisão das compensações a pagar pelos loteadores, em substituição da cedência de terrenos ao domínio público, com o que concordou o restante executivo.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, licenciar ambos os pedidos de loteamento, com cedência ao domínio público das áreas legalmente previstas.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha sugeriu que se fiscalize se os projectistas deixam acautelado o interesse público.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ANÁLISES DE ÁGUA - À pergunta da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, o Sr. Presidente respondeu que as análises de água para consumo humano devem ser enviadas ao IRAR até Março de dois mil e seis, as respeitantes ao ano de dois mil e cinco.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição
